

POLÍTICAS NEOLIBERAIS: INFLUÊNCIAS NO ÂMBITO EDUCACIONAL BRASILEIRO

ANA CLARA MEIRA DE CASTRO
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

LETÍCIA CRUZ SILVA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

GICÉLIA APARECIDA COTRIM COSTA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

SHEILA CRISTINA FURTADO SALES
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Resumo: O presente artigo busca articular e compreender, do ponto de vista histórico, político e social a realidade vigente, juntamente a análise, com base em recorte temporal, das políticas neoliberais nos anos 1990 e seus impactos na educação, sobretudo a alfabetização. Dessa maneira, com base em tal perspectiva, é possível compreender e analisar a relação dialética, que caracteriza os processos educativos no Brasil; e revelar a ausência de propostas que visem emancipar os sujeitos, desenvolvendo suas potencialidades, em detrimento de um histórico monopólio de poder. Assim, também se busca articular, o desenvolvimento educacional dos indivíduos, contemplando a dualidade ideológica entre uma educação como prática da liberdade, destacando Paulo Freire e Leda Tfofoni, em contraponto a um ideário de educação tecnicista. Ademais, as experiências vivenciadas pelas autoras no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência — PIBID; contribuíram de maneira significativa para uma análise prática das perspectivas a ser analisadas.

Palavras - chave: Alfabetização. Educação. Neoliberal.

Abstract: This article searches to articulate and understand, in a historical, political and social point of view our reality, herewith the analysis of neoliberal politics of the 90's and their impacts in education, mainly, literacy. In that way, based on this perspective, it's possible to understand and analyze the dialectical relation that characterize the educational process in Brazil, and reveal the absence of proposals that aim to emancipate the individuals, developing their potentials, rather than a historical monopoly of power. Thereby, another point is articulated, the educational development as 'practical of freedom', emphasize Paulo Freire and Leda Tfofoni, against the idea of a technical education. Besides, the experiences lived for the authors in the Program of Scholarship in Teaching Initiation, add to a significant way for a practical analysis about the different perspectives in this article.

Keywords: Education. Literacy. Neoliberal.

INTRODUÇÃO

O presente escrito apresenta a relação dialética do ponto de vista histórico-social, no que se refere à construção da educação brasileira, seu desenvolvimento e influência das políticas neoliberais nos processos educacionais de alfabetização a partir dos anos 1990 até a atualidade. Junto a tal perspectiva, tal artigo busca evidenciar, as divergências no campo educacional

brasileiro, destacando também as reflexões e contribuições de Paulo Freire, e o ideário de “Educação como prática da liberdade”.

Ademais, com base no ideal de dualidade posteriormente apresentado, será feita uma breve análise das influências das políticas neoliberais, no processo de propostas das atividades e observações no meio educacional proporcionadas pelas experiências do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no 5º ano dos anos iniciais em uma escola pública, situada no município de Vitória da Conquista – BA.

Dessa maneira, a necessidade da formulação deste artigo se deu pelo caráter observatório e participativo na escola X¹ que proporcionou vivências da educação pública brasileira. Além disso, os estudos na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia permitiram o desenvolvimento das atividades no PIBID devido ao conhecimento prévio e à articulação das teorias e discussões educacionais com a realidade. A problemática apontada dentro do corpo do texto é a influência das políticas neoliberais na educação para uma formação que não emancipou o sujeito e que o vê apenas como “futuro vendedor de força de trabalho”.

Sendo assim surgiu o questionamento: “Como as políticas neoliberais influenciam na oferta da educação”, tendo em vista as constantes discussões no campo político, com o objetivo promover/fornecer educação. Logo, questionou-se os aspectos educacionais que não se articulam com a vivência do alunado e as constantes provas aplicadas, a fim de verificar o nível do discente. Dentro desse cenário, havia a presença de alunas que ainda estavam em processo de alfabetização no 5º ano, assim, o ponto-chave da presente discussão é: “A educação brasileira está formando cidadãos?”. Compreende-se que as hipóteses e discussões levantadas foram promovidas pelo convívio e participação no espaço escolar no município de Vitória da Conquista - BA.

A produção deste escrito se deu pelo levantamento bibliográfico de cunho descritivo e reflexivo. O estudo da literatura possibilitou o entendimento aprofundado sobre as políticas neoliberais e como elas influenciam o campo educacional e a educação libertadora. As observações e participações aqui apresentadas são resultados da nossa presença na escola X. Por conseguinte, tais observações juntamente com as teorias permitiram compreender as nuances que permeiam a educação pública do país.

¹ A escola onde foram desenvolvidas as atividades e observações no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência; vai ser referida no presente artigo como X.

Historicamente o Brasil, se caracteriza por intensas lutas, em destaque no âmbito educacional e social, e conseqüentemente, a busca da garantia de direitos básicos. Salienta-se que a educação brasileira em seu contexto histórico apresenta marcas de intensos conflitos para que seja proposta a todos, sem distinção de classes. Analisando assim, de maneira histórico-social a intencionalidade das políticas públicas e suas implicações no processo de ensino, Teixeira (2002, *apud* Kawamoto, 2023, p. 27) afirma que “as políticas educacionais não são neutras, mas revelam seus princípios e valores de mundo.”

Desse modo, pode-se afirmar que as políticas neoliberais ampliaram as dificuldades de implantação de uma educação de qualidade, legitimando os processos de exclusão, reduzindo o Estado ao mínimo. Assim, analisar a construção da educação brasileira, para o contexto social é relevante por propiciar discussões e reflexões sobre as questões que permeiam o espaço educacional e como é feita a discussão de uma educação de qualidade por Freire, educador reconhecido como patrono da educação.

1. A POLÍTICA NEOLIBERAL PRESENTE NO BRASIL: IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

O neoliberalismo se apresenta como uma nova fase do capitalismo, em que o ideário de um Estado mínimo se torna latente, e a intervenção estatal uma ameaça econômica e política. Assim, o neoliberalismo se baseia no curso livre de mercado, visando à promoção da democracia. Nesse sentido, o Estado brasileiro adotou o neoliberalismo no governo de Fernando Collor de Mello. Assim,

[...] ao longo da década de 1990, foi se enfraquecendo a perspectiva de uma formação humana, cidadã e integral a ser ofertada aos jovens e adultos trabalhadores e fortalecendo-se a perspectiva instrumental, isto é, como meio de ajustá-los às novas demandas da flexibilização e às demais mudanças do capitalismo [...]. (Barbosa, 2017, p. 46).

Nesse sentido, as políticas neoliberais no Brasil apresentam influências e impactos significativos no oferecimento da educação pública brasileira. Destaca-se que essas políticas não se preocupam com uma educação crítica, democrática, mas em proporcionar conhecimento o suficiente para que o sujeito opere suas funções de trabalho, mas sem de fato emancipá-lo. Segundo tal entendimento Maciel (2011) descreve que

A educação, no atual contexto da ideologia neoliberal, tem sido vista, pelo viés da Economia, como formação do capital humano. Segue-se um modelo de formação, de sujeitos produtivos para o mercado, que se torna hegemônico, constituído pelas competências necessárias à empregabilidade. (Maciel, 2011 p. 327).

Além do mais, no discurso neoliberal a educação se desvincula do seu papel social e político e se molda às demandas do mercado. Dessa maneira, Marrach (1996) afirma que o

neoliberalismo associado à educação é:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com a ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (Marrach, 1996, p. 46-48).

Em contraponto a tais perspectivas que promovem uma educação tecnicista e contribuem de maneira efetiva para a perpetuação dos processos de segregação se apresenta Paulo Freire, educador perseguido pelo seu ideário de uma educação emancipatória e crítica, que forma o sujeito para o social e cultural. Sendo assim, suas ideias têm intenso papel de influência em diversos educadores na perpetuação de uma educação de qualidade que valoriza as diversidades da coletividade e explora as pluralidades culturais dos discentes em todos os campos do conhecimento.

Nesse contexto, as políticas neoliberais influenciam e proporcionam uma educação acrítica e que não forma o cidadão para o pleno exercício da cidadania, mas sim para a contribuição e crescimento do econômico, em detrimento de uma ação conjunta de desenvolvimento da nação da maneira mais igualitária e democrática possível, levando em conta a valorização da coletividade e a educação como instrumento de transformação.

120

2. PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO COM OS CIDADÃOS

Paulo Freire estudou e baseou-se nas ideias marxistas e mediante elas, buscou apresentar as evidências de um corpo social desigual e dividido em classes. Para ele, a educação é um ato político, tendo em vista que se relaciona com todo contexto social e político da sociedade. Assim, no ambiente educacional, a sensibilização e o desenvolvimento da consciência crítica devem ser pilares.

Em suas produções é possível perceber o seu destaque para as classes populares e para uma educação emancipadora. Ressalta-se a pluralidade cultural que caracteriza as relações interpessoais e tem papel ímpar na construção dos hábitos, crenças e tradições dos indivíduos permitindo a relação e o progresso nas camadas populares e conseqüentemente a construção de um processo educacional emancipatório.

A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como o resultado de seu trabalho. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isso crítica e criadora, e não como uma

justaposição de informes ou prescrições “doadas” (Freire, 1967).

Dessa maneira, é nítida a preocupação com uma educação como prática da liberdade, essa se desvinculando dos estigmas sociais predeterminados historicamente, proporcionando assim o desenvolvimento crítico, que além de alfabetizá-los, promove a conscientização junto ao processo de reconhecimento no meio social. Ademais, no contexto social Freire promoveu seus pensamentos acerca de uma educação de qualidade que tinha como presença o diálogo com a realidade do cidadão e atividades que visavam articular os conhecimentos do ser humano com os novos, em detrimento das cartilhas, que associadas ao tradicionalismo educacional, eram ausentes de sentido e paupérrimas de conteúdo.

Assim, a relação do professor com o discente se inicia mediante o diálogo durante a discussão do conteúdo programático ministrado em sala entre docente e discente, de forma que incentive o educando o pensar crítico e reflexivo. Nesse contexto, é importante destacar as metodologias de Freire no que se refere à alfabetização. Sobre a sua proposta geral, desenvolveu criticidade, o autoconhecimento do sujeito como agente ativo do corpo social, como já destacado, o diálogo e a apresentação das dialéticas que marcam a coletividade são essenciais para um processo de alfabetização atrelado ao letramento.

O termo letramento não foi utilizado por Freire, esse termo é visto nos escritos de Leda Tfoinu. Desse modo, com base em Tfoinu associa-se ao ideário de que, parafraseando Freire, a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Assim, Tfoinu (1995, p. 20 *apud* Mota, 2007, p. 478) afirma: “Enquanto a alfabetização ocupa-se da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.”

Além do mais, destacando de fato as metodologias freirianas em um sentido prático, o uso das palavras geradoras foi um aspecto importante no processo de assimilação e transmissão do conteúdo no que se refere à valorização de aspectos do cotidiano dos alunos, junto a uma prática efetiva do sistema de escrita alfabética, quanto à sistematização das normas gramaticais, desde aprendizagem básica de síntese até a formação de frases e, conseqüentemente, textos. Estes, com sentido para os discentes, aproximando-se das realidades vigentes.

Assim, Alvaristo *et. al.* diz que:

As palavras geradoras desenvolvem nos alfabetizandos a consciência de seus direitos, como sua inserção crítica na realidade. Portanto, mais do que ler e escrever as frases prontas, os alfabetizandos necessitam perceber a importância de outro aprendizado [...] (Alvaristo, 2021, p. 1117).

Nesse sentido, no que se refere às práticas de alfabetização, os conceitos de alfabetização e letramento são essenciais para a construção de uma educação exitosa, no que diz respeito à assimilação do sistema de escrita alfabética associada ao processo de interpretação do social.

Assim, com base na percepção de Tfouni sobre letramento, já apresentada, é necessário destacar que existem indivíduos que ainda que alfabetizados não são letrados, assim como é possível encontrar indivíduos que são letrados, mas não alfabetizados.

De maneira que o desenvolvimento educacional dos indivíduos pode não está associado à compreensão dos processos históricos de aquisição da escrita, ou seja, utilização da escrita de maneira funcional em diferentes contextos. Entretanto, ainda existem divergências no que se refere à educação. Alfabetização e letramento devem andar em conjunto, promovendo assim uma educação qualitativa. Dessa maneira, as metodologias utilizadas em sala de aula devem destacar as pluralidades da língua, seu uso e sua contribuição para a vida dos indivíduos como possibilidade de leitura do mundo.

As políticas públicas se relacionam diretamente ao projeto de sociedade que se pretende implantar, levando em conta os diferentes contextos históricos, políticos e sociais que caracterizam a coletividade. Assim, no decorrer da história do Brasil, diversos governos implantaram políticas que legitimam a segregação, a pobreza e a desigualdade social de maneira latente, em seus discursos e aplicações práticas.

Com isso, no que se refere às políticas educacionais, desde meados do século XX, a educação e conseqüentemente os processos de alfabetização se caracterizam por uma dualidade ideológica. O teor industrial que caracteriza o Brasil nos anos 1950 trouxe uma nova roupagem para uma educação posteriormente sucateada em sua totalidade, tendo em vista a necessidade de qualificação de mão de obra para as fábricas. Em contraponto às propostas de educação como prática libertadora, popularizada inicialmente em Recife, pelas ideias de Paulo Freire, instaurando assim um paradoxo no ideal de alfabetização e educação até então característico.

Assim, Freire se contrapunha à instauração de políticas burguesas, que visavam à manutenção do capitalismo, à exploração da classe trabalhadora e à dominância dos processos educativos para a manutenção da mão de obra, indispensável para o mercado de trabalho. Nesse contexto, as propostas de educação freirianas foram interpostas por censura e deslegitimação dos governos vigentes. Dessa maneira, destacando as políticas neoliberais dos anos 1990, a descentralização do Estado e o seu papel mínimo contribuíram para um sucateamento no que se refere à melhoria da educação pública e sua oferta de qualidade.

A partir da Constituição Federal de 1988 e a Lei das Diretrizes e Base (LDB), diversas políticas foram criadas com o intuito de democratizar a educação. Entretanto, analisando o período histórico e econômico em que foi elaborada a LDB, é necessário destacar o seu teor ideológico, visando o progresso no âmbito do trabalho. Evidenciando assim, o que é determinante e essencial para a coletividade e a aproximação de tais políticas com o desenvolvimento profissional. Entende-se, dessa maneira a relação direta entre as políticas

públicas e suas consequências em todo o contexto social. Comprovando a fatalidade de que não existe neutralidade e que os processos educativos não estão isentos de intencionalidade.

Ademais, foi observado na escola X, da qual as presentes autoras participaram mediante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, influências das políticas neoliberais. Tendo em vista as solicitações da Secretária de Educação por resultados que se caracterizam como quantitativos. Desse modo, as avaliações propostas a fim, de averiguar o nível dos alunos não proporcionam o desenvolvimento da cultura e mecaniza o ensino, com o intuito de provocar números satisfatórios, porém ilusórios de que os discentes estão progredindo na educação.

Kawamoto (2023, p. 105) sinaliza que “Pela implantação das medidas governamentais que tem passado a educação, alguns docentes buscam alternativas de ensino contra a rigidez das políticas públicas neoliberais”. Tal entendimento transcorre na realidade, pois a professora em suas capacidades tentava realizar atividades que promovessem o desenvolvimento do alunado, especialmente as que estavam ainda em processo de alfabetização no 5º ano dos anos iniciais. No entanto, realizavam as provas da SAEB e Aprova Brasil como os demais, mesmo que não estivesse dentro das suas potencialidades.

Ademais, é necessário frisar que

Os testes em sala de aula demandam a padronização do ensino-aprendizagem, com tendência de subordinar as atividades pedagógicas e os conteúdos curriculares a um seguimento de metas que não comportam a competência e habilidade dos participantes da escola. A uniformização do projeto educacional que valoriza os resultados imediatos aproxima-se da perspectiva empresarial de escola (Kawamoto, 2023, p. 105).

123

Portanto, as provas não estavam de acordo com as capacidades dessas alunas em processo de alfabetização e também não se discutia a cultura, as habilidades e competências dos alunos da escola, pois não é proposto pensando nas especificidades das escolas e do seu público. Nesse sentido, o intuito é promover uma quantificação, valorizada pelo mercado. Logo, os projetos, os conteúdos e os materiais didáticos são padronizados e distribuídos a todos, sem preocupação com a emancipação e o pensamento crítico, como pontua Freire.

3. O PIBID E AS REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS: FORMAÇÃO DO SUJEITO

A instituição escolar apresenta em suas obrigações a formação do cidadão brasileiro, proporcionando assim condições para o pleno desenvolvimento do sujeito, a fim de que venha exercer a sua cidadania. Gadotti (2006) reflete

Que a cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia:

- **direitos civis**, como segurança e locomoção;

- **direitos sociais**, como trabalho, salário justo, saúde, educação, habilitação etc.;
- **direitos políticos**, como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos etc. (Gadotti, 2006, p.134, grifos do autor).

Contudo, tais consciências e deveres entram em risco caso não se fale e se aproprie desses direitos. Logo, o educar entra no campo político, a fim de promover uma consciência crítica e de mundo, com o intuito de proporcionar a apropriação e a luta pelos direitos e melhorias de vida. Salienta-se que a própria educação básica foi um direito permeado por lutas. De acordo com Cury (2002) em seu texto “A Educação Básica no Brasil”,

Trata-se, pois, de um conceito novo, original e amplo em nossa legislação educacional, fruto de muita luta e de muito esforço por parte de educadores que se esmeraram para que determinados anseios se formalizaram em lei (Cury, 2002, p.3).

Portanto, é preciso discutir tais direitos e como se pode exercê-los na sociedade, com o objetivo de que o indivíduo esteja integrado e participando do corpo social e do mundo, pois é produtor de conhecimento e cultura que acrescenta “ao mundo que não fez”, como abordado por Paulo Freire. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apresenta afirmações sobre a educação básica, de acordo com o entendimento promovido pelo Estado brasileiro. Assim, especificamente, no art. 22, vai discutir que “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (Brasil, 1996).

Sendo assim, é respaldado por lei a formação para o exercício da cidadania e possibilitar que o cidadão tenha como evoluir no trabalho e nos estudos. Todavia, existe um foco apenas no desenvolvimento no trabalho, além disso, não é proporcionado ao indivíduo conhecimentos além do básico para atender serviços que não necessitem de muitos saberes. Desse modo, passa um pensamento de mundo mediante a oferta de educação. De acordo com Freire, são

Deformados pela acriticidade, não são capazes de ver o homem na sua totalidade, no seu quefazer-ação-reflexão, que sempre se dá no mundo e sobre ele. Pelo contrário, será mais fácil, para conseguir seus objetivos, vê o homem como uma “lata” vazia que vão enchendo com seus “depósitos” técnicos [...]. (Freire, 1983, p. 23).

Desse modo, se conduz uma educação voltada para o mundo do trabalho, sem se preocupar em proporcionar espaços para o desenvolvimento da consciência crítica, o que se torna uma educação bancária, o professor fala e o aluno faz o retorno desse ouvir na prova, contudo sem ter um desenvolvimento cognitivo, cultural significativo. Tal compreensão é discutida por Maciel (2011), que diz que o neoliberalismo se preocupa com a formação do capital humano, ou seja, a formação para o trabalho sem incorporar aspectos culturais e sociais.

Dessa maneira, desconstrói a própria ideia de o sujeito ser um ser social e produtor de cultura. Contrapondo a esse paradigma, Freire propõe uma educação não bancária, que promoveo

cidadãoe aprecia os seus saberes e vivências, dialogando e viabilizando que a pessoa se sinta pertencente ao meio social.

Nesse sentido, é possível observar na escola X a forte influência das necessidades de quantificar a educação, tal ocorrência se percebe mediante as provas que os alunos fazem que não foram desenvolvidas pensando no contexto social, cultural e de conhecimento que os alunos estão inseridos. Tal produção de provas é feita em amplitude nacional e a Secretária de Educação deseja ver resultados por meio dos alunos. Logo, as aulas são voltadas para as provas SAEB e Aprova Brasil, assim, os alunos são ensinados como preencher um gabarito, todos os meses há aulas de matemática e língua portuguesa. Além disso, eles fazem testes semelhantes às provas a fim de estarem “treinados” para realizá-las.

Salienta-se que as provas fogem do cotidiano deles e a retomada dos conteúdos é feita de forma rápida, pois há pressão dos elementos exteriores para com a escola, a fim de ela cumprir o proposto, mesmo que os discentes não estejam compreendendo todos os assuntos. Assim, quem não consegue acompanhar acaba ficando para trás. Dentro desse contexto, há alunas que estão em processo de alfabetização, apesar de já estarem no 5º ano dos anos iniciais, o que apresenta um déficit na oferta de uma educação de qualidade.

Destaca-se que a docente ao seu modo tenta promover atividades para desenvolver as potencialidades das alunas no processo de alfabetização, contudo, as alunas já não encontram esperança na educação. Desse modo, as atividades adaptadas às suas necessidades não são feitas com desejo, o que torna esse processo de alfabetização mais delicado, especialmente por já serem pré-adolescentes. Além disso, apesar de realizarem atividades diferentes das demais, focando no estudo de sílabas, textos menores, contas básicas de matemática, é exigido que realizem as provas mesmo que esteja fora das suas potencialidades.

Ademais, a baixa nota gera atrito entre a escola e a Secretária de Educação que deseja receber números que proporcionem um bom Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB), mesmo que a educação fornecida seja mecanizada e técnica. Nesse sentido, as avaliações fogem das vivências do público atendido pela escola e não se atribui relevância aos alunos, que são “treinados” para realizar a prova.

Contrapondo tal aplicação e entendimento, Orso (2015) compreende que a avaliação propõe relaciona - se aos:

[...] conteúdos, com a forma e os objetivos estabelecidos. A avaliação não deve se limitar aos alunos, muito menos a atribuir a responsabilidade e justificativa da não aprendizagem aos alunos. Deve, ao mesmo tempo, possibilitar a verificação se o aluno atingiu os objetivos esperados e também servir para que o professor reflita sobre o trabalho que realiza, sobre a necessidade ou não de retorno ao tema, verificar se os conteúdos, a forma e os meios foram adequados à idade, à etapa de desenvolvimento, ou se há necessidade de rever e mudar a forma de trabalho e até mesmo os conteúdos (Orso, 2015, p. 276).

Entretanto, a constante necessidade de dar conta de todos os conteúdos no tempo designado torna inflexível as retomadas de conteúdo, pois não se propõe com foco a aprendizagem, mas sim que futuramente o mercado seja abastecido com indivíduos que apresentem o mínimo de conhecimento para atender às necessidades do mercado. Essa compreensão e necessidade de se ter ao menos certo conhecimento sobre a escrita é em decorrência da sociedade grafocêntrica da qual se faz parte. Além disso, o estudo e o conhecimento faz parte do jogo de poder, pois sem a consciência crítica a classe dominada é facilmente alienada dos seus direitos.

Diante do exposto, é nítido que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da LDB, não é cumprida. Tal afirmação se deve por causa que não existe uma formação para o exercício da cidadania, logo, descumpra a lei. Além disso, a existência de alunos que estão em processo de alfabetização no 5º ano provoca a necessidade de repensar a oferta, tendo em vista que não está possibilitando seu progresso para entrar no mercado de trabalho e nem que venha progredir em novos estágios da vida educacional, como o ensino superior.

Assim, nota-se como as políticas neoliberais exercem influência na oferta educacional, pois existe a preocupação em disponibilizar apenas o suficiente para adentrar o mercado de trabalho, produzindo assim capital humano. Portanto, a escola não está formando cidadãos que possam exercer os seus direitos e nem progredir no trabalho e estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vigente artigo buscou analisar e relacionar, as políticas públicas, em destaque as neoliberais e suas consequências no campo educacional em geral. Dessa maneira, é importante destacar a ascensão do neoliberalismo nos anos 1990 junto à histórica defasagem e segregação educacional que caracteriza o país, deslegitimando a educação como direito básico, monopolizando o poder estatal nas mãos de uma minoria.

Assim, o teor profissionalizante que cerceou a educação desde os meados do século XX em contraponto às diversas lutas populares em prol da democratização dos processos de ensino aprendizagem, tem influência direta na oferta de uma educação de qualidade e de total acesso à população. Além do mais, o afastamento de um ideal de educação como libertadora evidencia a intencionalidade estatal, no processo de formação de determinada sociedade, esta adequada a interesses específicos.

Desse modo, provocando a preocupação com o quantitativo, pois o intuito é “inserir” na sociedade o suficiente para que esse indivíduo cumpra as suas funções sociais, mediante a produção econômica. Portanto, a emancipação social, a educação para a vida, o diálogo com o

discente e o reconhecimento de que é um cidadão que possui conhecimento são deixado de lado. Assim, é enfatizada a leitura, mas não de mundo, assim como, a matemática, para que entenda apenas o básico para adentrar o mundo do trabalho em funções que não necessitem de grande extensão de estudos.

Em contraponto, com base em uma perspectiva freiriana de educação, promover uma educação contra - hegemônica é essencial para a consolidação de políticas que valorizem as pluralidades culturais, sociais e educacionais de cada comunidade. Além do mais, as metodologias a ser utilizadas devem ser destacadas como alternativas práticas, para a consolidação do processo de alfabetização e letramento de maneira conjunta, em que os sujeitos se apropriem do sistema de escrita alfabética e consigam utilizá-lo em situações cotidianas. Nesse aspecto, o ideal de letramento de Tfouni, que se associa a uma apropriação dos processos históricos do sistema de escrita alfabética, torna-se uma perspectiva relevante, no que se refere às práticas ativas no ambiente de sala de aula.

Desse modo, a educação deve ser entendida como possibilidade de mudança, de dignidade e de formação do cidadão. Cidadão esse que compreenda as suas funções sociais, (re)conheça os seus direitos e se aproprie deles, além de ter espaços que promova o desenvolvimento profissional e a formação continuada. Tendo em vista que o ser humano está em constante aprendizado e descobertas. Além disso, que o sujeito se veja e se compreenda como produtor de cultura, do acréscimo que se faz no mundo.

REFERÊNCIAS

ALVARISTO, Eliziane de Fátima. *et al.* Contribuições do Método de Paulo Freire à Alfabetização de Adultos Cegos. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. ed. especial, p. 1114-1131, set. 2021. Disponível em: [rodrigogouvea,+68395.pdf](#). Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

BARBOSA, Carlos Soares. A Política Neoliberal e a Contrarreforma na educação dos trabalhadores no governo Henrique Cardoso. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 39, n. 74, p. 35-50, jul./dez. 2017. Disponível em: [*2017_art_csbarbosa.pdf](#) (ufc.br). Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

BRASIL. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação Básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 168-200, setembro_2002, p. 168-200. Disponível em: [S:\es23_80\bases\Rev80_13ARTIGO](#) (scielo.br). Acesso em: 01 de março de 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 13º ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec**, 2006. Disponível em: A escola na cidade que educa | Gadotti | Cadernos Cenpec | Nova série. Acesso em: 15 de dezembro de 2023.

KAWAMOTO, Roberta dos Santos Piedras. **A Gestão da Rede Pública de Ensino no Estado de Goiás, Frente às Políticas Neoliberais entre 2011 A 2021**. Goiânia - Goiás, 2023. Disponível em: Microsoft Word - TESE .doc (pucgoias.edu.br). Acesso em: 16 de fevereiro de 2024.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011. Disponível em: *content (paulofreire.org). Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

MARRACH, Sonia Alem. **Infância, Educação e Neoliberalismo: Neoliberalismo e educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. Disponível em: Microsoft Word - neoliberalismo_e_educacao.doc (unitins.br). Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

128

MOTA, Márcia Elia da. Algumas considerações sobre o letramento e o desenvolvimento metalingüístico e suas implicações educacionais. **ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA**, UERJ, RJ, v. 7, n. 3, p. 477 - 489, dez. 2007. Disponível em: EDITORIAL (uerj.br). Acesso em: 29 de dezembro de 2024.

ORSO, P. J. Planejamento escolar em tempos de precarização da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 65, p. 265 - 279, 2015. DOI:10.20396/rho.v15i65.8642710. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642710>. Acesso em: 22 de dezembro 2023.

Autora 1:



Nome completo: Ana Clara Meira de Castro

Sou estudante do curso de Pedagogia, estágio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no setor da CAPNE, atuo no Programa Institucional de Bolsa em Iniciação à Docência (PIBID) e compreendo a educação como transformadora.

Email: anameira2124@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0122100534097246>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5729-9756>

Autora 2:



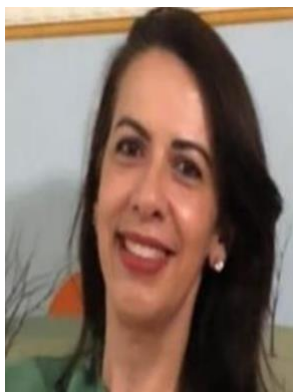
Nome completo: Letícia Cruz Silva

Sou estudante de pedagogia, sou estagiária no setor de coordenação pedagógica no Instituto Federal da Bahia, atuo no Programa Institucional de Bolsa em Iniciação à Docência (PIBID) e em outros estágios. Acredito no papel transformador da educação.

Email: leticacruz3070@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4593000525242148> Orcid: <https://>

129



Autora 3:

Nome completo: Gicélia Aparecida Cotrim Costa

Supervisora do Programa Institucional de Bolsa em Iniciação à Docência (PIBID). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2010); Especialização em Políticas Públicas, Gestão e Práticas Educacionais pela UESB (2012).

Email: celia_cotrim@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1327666291561333>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2635-366X>



Autora 4:

Nome completo: Sheila Cristina Furtado Sales

Coordenadora do PIBID em Pedagogia. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (1989), mestrado e doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001).

Email: sheila.furtado@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4593000525242148>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-4646-6613>